MEMÓRIA DE REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE

DATA: 13/12/05- HORÁRIO: 13:30 HRS. - LOCAL: Sala de Reuniões /SETP

Participantes

SETP	COGEMAS
Denise Arruda Colin	Adilson José dos Santos
Jucimeri Isolda Silveira	Suzie A. Pucillo Zanatta
Samira Kauchakje	Silvia Cristina C. Saraiva

Representantes da Secretaria Técnica	
Larissa Marsolik	
Carmem Cristina Zadra	
Rosely Lemos	
Cristina de Fátima Lima	
Márcia Mazzarotto	

Convidados
Kelli Regina Albanese
Leticia Raymundo
Maysa Costa

Pauta:

- Aprovação da memória da reunião do dia 16/08/2005 e dia 09/11/2005;
- Novos pleitos de habilitação;
- Indicativos para construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação do processo de habilitação dos municípios;
- Remanejamento de metas do PETI;
- Alteração de Modalidades.
- Informes:
- Câmara Técnica da CIT;
- Planos de Ação dos municípios;

- Capacitação de Gestores e Conselheiros da Assistência Social;
- Resposta ao Ofício do COGEMAS;
- Data da próxima reunião da CIB;
- Data do relatório de gestão.

A reunião iniciou com a presença do Secretário Estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Sr. Pe. Roque Zimmermann falando sobre os municípios do estado do Paraná. Argumenta que muitos municípios pequenos não conseguem receber os recursos que lhes são destinados, pois não dispõem de uma estrutura, equipe técnica, para suportar certas exigências, como por exemplo em relação ao Cadastro Único, em que muitas famílias acabam não sendo inseridas no programa, por falta de equipe técnica competente para o preenchimento do formulário. Falou sobre a questão da carência da população empobrecida, e alertou que muitas vezes tal carência não é de coisas materiais, mas sim de uma atenção, de um carinho. Noticiou o avanço do Governo do Estado do Paraná em acatar as previsões da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que uma interpretação ampliada reconheceu a área de Assistência Social, juntamente com a de saúde e educação, como serviço essencial à população e que não poderia sofrer solução de continuidade, suspendendo, portanto, a exigência da CND (Certidão Negativa de Débito) do Tribunal de Contas do Estado para repasse de recursos de Assistência Social, medida já adotada pelo Governo Federal.

Aprovação da memória da reunião do dia 16/08/05 e 09/11/05:

A memória da reunião de 09/11/2005 teve alteração no título Remanejamento do Saldo de metas do PETI para Expansão e Remanejamento do Saldo de metas do PETI e algumas indicações no texto, como incluir o número do remanejamento de metas.

Após essas alterações foram aprovadas as memórias das reuniões dos dias 16/08/2005 e 09/11/2005.

Novos Pleitos de Habilitação:

A Coordenadora da CIB, Srª Denise Arruda Colin, fez a leitura das sugestões da Secretaria Técnica quanto aos novos pleitos de Habilitação dos municípios, e a Secretária Executiva da CIB, Srª Larissa Marsolik, indicou os critérios utilizados para análise dos pleitos, os quais já haviam sido pactuados anteriormente por esta comissão, e justificou cada sugestão dada para os processos habilitados ou indeferidos.

Foi pactuado pelo plenário da CIB os seguintes processos de habilitação:

PROCESSOS ANALISADOS PELA SECRETARIA TÉCNICA DA CIB (RECEBIDOS ATÉ 12/12/2005)					
E PACTUADOS PELA CIB EM 13/12/2005 MUNICÍPIO SITUAÇÃO ANTERIOR PLEITO SITUAÇÃO ATUAL					
Amaporã	Gestão Inicial	Básica	Habilitado em Básica		
Andirá	Gestão Inicial	Básica	Habilitado em Básica		
Astorga	Gestão Básica	Plena	Habilitado em Plena		
Califórnia	Gestão Inicial	Básica	Habilitado em Básica		
Cambé	Gestão Inicial	Plena	Habilitado em Plena		
Centenário do Sul	Gestão Inicial	Básica	Habilitado em Básica		
Cornélio Procópio	Gestão Inicial	Plena	Indeferido		
Cruzeiro do Sul	Indeferido	Plena	Habilitado em Plena		
Doutor Camargo	Indeferido	Básica	Habilitado em Básica		
Goioerê	Gestão Básica	Plena	Habilitado em Plena		
lbiporã	Indeferido	Plena	Habilitado em Plena		
Itaguajé	Indeferido	Básica	Habilitado em Básica		
Itambaracá	Gestão Inicial	Básica	Indeferido		
ltambé	Indeferido	Básica	Indeferido		
Itaúna do Sul	Indeferido	Básica	Habilitado em Básica		
Jandaia do Sul	Indeferido	Básica	Habilitado em Básica		
Leópolis	Gestão Inicial	Básica	Habilitado em Básica		
Mandaguaçu	Gestão Básica	Plena	Indeferido		
Mariluz	Gestão Inicial	Básica	Indeferido		
Nova Olímpia	Gestão Básica	Plena	Indeferido		
Paiçandu	Indeferido	Plena	Indeferido		
Rio Negro	Gestão Inicial	Básica	Indeferido		
Santa Cecília do Pavão	Gestão Inicial	Básica	Indeferido		
Santa Fé	Indeferido	Plena	Indeferido		
Santa Inês	Indeferido	Básica	Habilitado em Básica		
Santa Mariana	Gestão Inicial	Básica	Habilitado em Básica		
Santo Inácio	Indeferido	Básica	Indeferido		
São Carlos do Ivaí	Indeferido	Básica	Habilitado em Básica		
São Sebastião da	Gestão Inicial	Básica	Indeferido		
Amoreira	Goodo iiiloidi	Baoida	madionad		
Sertaneja	Gestão Inicial	Básica	Indeferido		
Uraí	Gestão Inicial	Plena	Habilitado em Plena		
Orai	acotae iriidiai	i iona	riabilitado citi i icita		

Indicativos para construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação do processo de habilitação dos municípios:

A Srª Denise Arruda Colin inicia falando sobre o instrumento de monitoramento e avaliação que será construído com o objetivo de monitorar e avaliar o processo de habilitação nos municípios do estado do Paraná, bem como a estruturação e prestação de serviços ofertados pela rede de proteção social (governamental e não-governamental). Conforme indicativo dos presentes na reunião. Irão compor o instrumento os itens: documentação, espaço físico, recursos humanos, recursos financeiros, atividades desenvolvidas, parecer técnico da visita "in loco" do Escritório Regional respectivo.

A Sr.ª Jucimeri Isolda Silveira questiona se serão avaliados todos os municípios do Paraná, ou somente os que estão habilitados em gestão básica ou plena. Ficou pactuado o monitoramento e a avaliação de todos, iniciando pelos habilitados nos níveis mais elevados da NOB/05

A Srª Samira Kauchakje sugeriu para ser inserido no instrumento os quadros do Relatório de Gestão 2005 que referem-se ao CRAS e ao BPC, e até mesmo deve-se conversar com o Núcleo de Informática pois alguns itens do Relatório de Gestão podem fomentar e migrar para o referido instrumento.

A Sr.ª Carmem Cristina Zadra argumenta que esse instrumento de monitoramento e avaliação tem que ser padronizado para todas as regionais, com itens fechados para facilitar a sistematização posterior.

Remanejamento das metas do PETI:

Quanto aos procedimentos adotados no remanejamento de metas do PETI, a Srª Carmem afirmou que o NUCLEAS solicitou parecer dos Escritórios Regionais acerca da situação de trabalho infantil nos municípios que receberam o programa para implantação em agosto de 2005, mas que não executaram e devolveram as metas para o Estado em dezembro de 2005.

Também foi comunicado sobre a solicitação à Delegacia Regional do Trabalho de avaliação e parecer nos municípios que, apesar de estarem priorizados no ranking do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à

Fome – MDS, não aceitaram o programa por vários motivos, tais como: falta de capacidade operacional, de recursos financeiros, ausência de demanda no trabalho infantil, entre outros. Além destes, incluem-se os municípios que aceitaram o programa, mas não o executaram.

A Srª Carmem alerta sobre a precaução da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil de efetuar consulta prévia junto aos municípios no que tange à capacidade operacional (estrutura física, recursos humanos e contrapartida do município), para a implantação, execução e expansão do programa.

A respeito dos critérios a serem adotados para o remanejamento em janeiro ou fevereiro de 2006, são eles: o ranking do MDS; os municípios que ainda não possuem o programa (implantação); a solicitação da implantação contida no Quadro Demonstrativo de Demanda Reprimida para atendimento no PETI, aprovado pela comissão em reunião; a porcentagem de famílias pobres no município; o número de crianças ocupadas.

Alteração de modalidades:

A Sr.ª Larissa Marsolik comunicou que estão chegando documentos para alteração de modalidades da rede SAC, e que os mesmos serão encaminhados à CGM — Coordenadoria de Apoio à Gestão Municipal para orientação aos Escritórios Regionais e municípios acerca da nova sistemática de estruturação da rede de proteção social prevista na NOB/2005.

Informes:

Câmara Técnica da CIT:

A Srª Denise Arruda Colin falou que participou da Reunião da CIT, onde foi esboçado o regimento interno que orienta a organização e o funcionamento das CIB's em todo o país tornando homogêneo os procedimentos dessa Comissão em todos os estados. Portanto, já no início de 2006 é fundamental que a CIB do Paraná pactue as alterações necessárias em atenção ao regimento interno proposto.

Planos de Ação dos municípios:

A Srª Denise Arruda Colin informou que o prazo para o preenchimento dos planos de ação SUAS Web encerra em 31/01/2006, onde os municípios deverão preencher os dados cadastrais relativos ao Conselho, ao órgão gestor, aos serviços co-financiados pelo gestor federal, entre outros, para posteriormente validação pelo CMAS.

Capacitação de Gestores e Conselheiros da Assistência Social:

A Srª Larissa Marsolik informou que as Capacitações estão ocorrendo até o dia 17/12/2005, nas regionais do estado.

Resposta ao Ofício do COGEMAS:

Em resposta ao Ofício recebido do COGEMAS na reunião anterior da CIB, o qual solicitava esclarecimentos referente expansão dos programas federais como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e Sentinela, foi novamente elaborado documento detalhando os procedimentos e os critérios adotados, conforme indicativos das respectivas Comissões Estaduais, deliberação do CEAS e pactuações na CIB.

Data da próxima reunião da CIB:

A próxima reunião da CIB ficou agendada para 21/02/2006, onde será definida as datas para o ano em curso.

Núcleo Estadual de Assistência Social

Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado

Secretaria Técnica da CIB